



DOI: 10.12957/transversos.2022.70710

**REFUGIADOS CONGOLESES EM CIDADES PERIFÉRICAS: UM ESTUDO DE CASO.  
CONGOLESE REFUGEES IN PERIPHERAL CITIES: A CASE STUDY.**

**Juliana Carolina Oliveira da Costa**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[ju\\_oliverc@hotmail.com](mailto:ju_oliverc@hotmail.com)

**Rui Aniceto Nascimento Fernandes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[ruianiceto2@gmail.com](mailto:ruianiceto2@gmail.com)

**Resumo**

O presente artigo propõe a reflexão sobre a experiência dos deslocamentos forçados e sobre o processo de construção de identidades étnico/comunitárias no bairro do Jardim Catarina, em São Gonçalo. Para tanto, utilizamos o depoimento de Luzolo Antoinete, refugiada congoleza que chegou à cidade em 2016, em meio a crescente onda de violência que acometia à República Democrática do Congo. Após a imigração forçada, o município de São Gonçalo passou a ser sua casa adotiva, lugar onde ela e seus filhos recomeçaram suas vidas e criaram novos laços afetivos com o Brasil.

**Palavras-Chave:** Imigração, Refúgio, República Democrática do Congo, São Gonçalo.

**Abstract**

This article proposes a reflection on the experience of forced displacements and on the process of building ethnic/community identities in the Jardim Catarina neighborhood, in São Gonçalo. To do so, we used the testimony of Luzolo Antoinete, a Congolese refugee who arrived in the city in 2016, amid the growing wave of violence that affected the Democratic Republic of Congo. After forced immigration, the municipality of São Gonçalo became her foster home, a place where she and her children restarted their lives and created new affective ties with Brazil.

**Keywords:** Immigration, Refuge, Democratic Republic of Congo, São Gonçalo.

**Introdução**

Pensar imigração e refúgio no Brasil, geralmente, nos remete às grandes capitais do país ou às cidades que historicamente possuem forte presença de estrangeiros. O estudo de caso a seguir foi na contramão dessas tendências ao eleger o município de São Gonçalo para refletir sobre a dinâmica dos fluxos imigratórios em uma cidade periférica. São Gonçalo localiza-se a leste da Baía de Guanabara, do outro lado da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, é o segundo

município mais populoso do estado, possuindo pouco mais de um milhão de habitantes. Em relação ao número de estrangeiros residentes, o censo populacional de 2010 (IBGE, 2010) registrou que São Gonçalo ocupa o terceiro lugar entre os municípios do estado do Rio de Janeiro, com 2.343 imigrantes, atrás apenas das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. A periodicidade do censo não acompanha as rápidas recomposições dos fenômenos imigratórios. Após o último recenseamento, somou-se aos estrangeiros da cidade, congolese que fugiram do seu país devido ao agravamento dos conflitos armados.

Segundo dados da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados, somente entre os anos de 2017 e 2019, o aumento da violência na República Democrática do Congo deslocou mais de 6 milhões de pessoas (ACNUR, 2020). A grande maioria dos deslocamentos foram internos (5,01 milhões), mas uma parcela significativa buscou refúgio em outros países do continente africano (918 mil) e, em menor proporção, na Europa e nas Américas. No Brasil, de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados, entre 2011 e 2022, 1.099 congolese foram reconhecidos como refugiados (CONARE, 2022). Esse número, no entanto, não inclui os solicitantes de refúgio cujo fluxo aumentou significativamente nos últimos anos.

Era essa a condição de Luzolo Antoinete, do seu irmão Nzuzi Antoine e de seus 6 filhos menores de idade, após chegarem ao Brasil, no ano de 2016, e se estabelecerem no município de São Gonçalo, mais especificamente no bairro do Jardim Catarina. Pautados pela metodologia da história oral, entrevistamos Luzolo<sup>1</sup>. Sua trajetória de vida é uma contribuição valiosa para promover a reflexão sobre a experiência dos deslocamentos forçados e sobre o processo de construção de identidades étnico/comunitárias.

### **1. A República Democrática do Congo e seus conflitos pós-coloniais**

Localizada no centro da África, a República Democrática do Congo foi uma colônia belga até 30 de junho de 1960, após partidos quinxassa-congolese se unirem à Organização das Nações Unidas (ONU), no início daquele ano, para reivindicar a sua independência. A emancipação política do país, no entanto, manteve a divisão territorial feita à época da

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Julianna Carolina Oliveira Costa, em 30/04/2019, na residência da entrevistadora. Transcrição: Marianna Carolina Oliveira Costa Reis. Edição: Rui Aniceto Nascimento Fernandes. A entrevista de Luzolo Antoinete foi concedida à equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, em 2019, no âmbito do projeto “Experiências da Imigração. São Gonçalo nos séculos XX e XXI”, que visava discutir os impactos da experiência imigrante em um local periférico. Esse projeto realizou a exposição “Presença imigrante em São Gonçalo” que tem circulado em eventos e espaços culturais desde então; e o livro “Experiências da Imigração. São Gonçalo nos séculos XX e XXI”.

colonização, sem considerar as diferenças étnicas existentes entre a população congoleza. O resultado foi perseguições étnicas, disputas entre diferentes grupos e constantes lutas pelo poder, agravadas ainda mais pela conjuntura da Guerra Fria (SILVA, 2012: p. 94). Nesse cenário o primeiro-ministro da República Democrática do Congo, Patrice Lumumba, foi deposto em setembro de 1960, pouco mais de dois meses após assumir o cargo. Em janeiro de 1961, Lumumba foi assassinado por um pelotão comandado por Moïse Tshombe<sup>2</sup>.

Para conter as revoltas separatistas ocorridas nas províncias de Katanga e Kasai Sul, após a declaração de independência, Lumumba solicitou ajuda da ONU que se recusou a enviar tropas para as províncias rebeldes. O primeiro-ministro aceitou então o auxílio militar da União Republicana Socialista Soviética (URSS), provocando a reação imediata da alta cúpula militar. Com o apoio dos Estados Unidos e sob o comando do general Mobuto Joseph Désirée, os militares suspenderam o parlamento e a constituição. A seguir, o país mergulhou em uma intensa guerra civil, que levou a implantação de dois governos paralelos. Enquanto Leopoldville<sup>3</sup> sediava o governo oficial, Stanlyville<sup>4</sup> servia como base dos rebeldes lumumbistas.

As disputas políticas com as forças nacionais-progressistas, herdeiras de Lumumba, levaram o general Mobuto a decretar um novo golpe de estado. Em 1965, Joseph Kasavubu<sup>5</sup> foi destituído da presidência e Mobuto assumiu o seu lugar como chefe de estado, instaurando uma ditadura que durou 32 anos. Dessa vez, além do auxílio dos Estados Unidos, Mobuto obteve apoio da Bélgica que estava interessada em manter o controle das mineradoras instaladas no território congolês e, portanto, temia qualquer movimento que favorável a nacionalização. No campo simbólico, Mobuto alterou o seu próprio nome para Mobuto Sese Seko e do país para Zaire, utilizando o africanismo como base de legitimação do seu governo ao remeter as origens pré-coloniais.

### **Figura 1 – Mapa da República Democrática do Congo**

---

<sup>2</sup> Moïse Tshombe foi o principal líder da revolta separatista da província de Katanga. Em 30 de junho de 1964 assumiu o cargo de primeiro-ministro da República Democrática do Congo, se tornando o oitavo premier do país, no intervalo de quatro anos.

<sup>3</sup> Leopoldville posteriormente, a cidade teve seu nome alterado para Kinshasa.

<sup>4</sup> Stanlyville localizava-se na Província Oriental. Posteriormente, a cidade teve seu nome alterado para Kisangani.

<sup>5</sup> Joseph Kasavubu foi o primeiro presidente da República Democrática do Congo. Exerceu o mandato entre 30 de junho de 1960 e 24 de novembro de 1965.



Fonte: SILVA, 2012: p. 18.

Foi no Zaire que nasceu Luzolo Antoinete, em 5 de outubro de 1973. Apesar dos conflitos que assolaram o seu país, a depoente considera que teve “uma vida normal”, em Kinshasa, capital do país. Poucos dias após completar 23 anos de idade, ela acompanhou as notícias dos ataques feitos ao Zaire por Ruanda, Uganda, Burundi e Angola. Era o estopim da Primeira Guerra do Congo. A justificativa aos ataques foi a proteção dada por Mobutu a grupos hutus que, em 1994, promoveram no país vizinho o genocídio de tutsis, twas e hutus moderados, no episódio que ficou conhecido como o Massacre de Ruanda<sup>6</sup>. Em maio de 1997, Luzolo presenciou a fuga de Mobutu para o Marrocos e a passagem de poder para às mãos dos rebeldes que eram liderados por Laurent Kabila. Tais episódios marcaram o fim da Primeira Guerra do Congo.

Vale ressaltar que, apesar de muitos conflitos na África serem atribuídos à rivalidade existente entre as diferentes etnias, as relações constituídas entre os povos africanos advêm de uma rede complexa que inclui sociedade, Estado e economia (CASTELLS, 1997: p. 131). Em muitos casos, o Estado é capaz de recriar e ressignificar identidades étnicas de acordo com os interesses políticos e econômicos da sua classe dirigente. Mobutu, por exemplo, ao se basear em alianças da Guerra Fria, estreitou relações com a França que, por sua vez, apoiava o governo dos hutus em Ruanda devido à sua área de influência e aos laços francófonos de amizade. Assim, Mobutu também se posicionou a favor dos hutus, acolhendo-os em campos de refugiados após a instauração do novo governo ruandês. Na prática, os campos de refugiados acabaram servindo

---

<sup>6</sup> Apesar do Massacre de Ruanda ter sido o ápice da perseguição dos hutus aos tutsis, por mais de três décadas foram registrados confrontos entre os dois grupos. O resultado foi milhares de refugiados tutsis e hutus moderados no território congolês.

como espaços de militarização dos hutus, o que levou Ruanda a patrocinar grupos armados contrários ao governo de Mobuto, contribuindo assim para a ascensão de Kabila ao poder.

No governo de Kabila o Zaire voltou a ser chamado de República Democrática do Congo. A situação dos congolese, no entanto, sofreu poucas alterações uma vez que Kabila manteve estruturas semelhantes às do período anterior como, por exemplo, a forte dependência externa e a distribuição de poderes ao seu grupo étnico (SILVA, 2012: p. 139). A população congolese permaneceu sendo vítima de violências promovidas por rebeldes dos países vizinhos. Devido à falta de segurança, os congolese continuaram promovendo a formação de milícias locais para garantir a sua proteção, favorecendo a permanência do estado de violência no país (ASPA *apud* VIEIRA, 2015). Essa situação influenciou o deslocamento forçado de milhares de indivíduos dentro do território congolês. São nacionais que lotam os campos de refugiados juntamente com os que vem de países vizinhos.

No que se refere à política externa, apesar de ter chegado à presidência com apoio de Ruanda e Uganda, não tardou para a relação de Kabila com os países vizinhos se deteriorar. O novo governo passou a receber fortes críticas da população congolese acerca do favorecimento dado aos estrangeiros. Temendo a perda de popularidade, Kabila expulsou as tropas estrangeiras do país, rompeu a aliança com os rebeldes tutsis e deixou de tomar medidas para prevenir as incursões de hutus ao território ruandês. Assim, em 1998, Ruanda recebeu o apoio de Uganda e Burundi para invadir novamente a República Democrática do Congo, dando início a Segunda Guerra do Congo<sup>7</sup>. O conflito também ficou conhecido como a Grande Guerra da África, pois ao lado do governo congolês lutaram Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chade e Líbia.

Em meio à guerra, no ano de 2001, Kabila foi assassinado, mas o conflito só foi encerrado dois anos depois, com um acordo de paz que destacava a retirada das tropas de Ruanda e Uganda, bem como o esfacelamento de muitos grupos armados. Entretanto, algumas milícias mantiveram suas posições, levando à eclosão de mais confrontos. Um governo de transição liderado pelo filho de Kabila, Joseph, foi instaurado para poder outorgar uma Constituição. Em 2006, finalmente a República Democrática do Congo realizava a sua primeira eleição multipartidária, elegendo Joseph Kabila como presidente do país, apesar das denúncias de fraude

---

<sup>7</sup> Apesar das divisões, a população congolese, incluindo Dona Luzolo, entende que todas essas guerras são uma única grande guerra.

eleitoral. Cinco anos depois, Kabila foi reeleito, devendo encerrar seu segundo mandato em 2016. No entanto, se manteve no poder até 2019, após adiar sucessivamente novas eleições.

Luzolo teve uma vida relativamente tranquila em Kinshasa. Casou-se com Fula Mutombo Valentim, com quem teve 10 filhos. Trabalhou como comerciante em sua barraca na feira da cidade, onde vendia artigos de bebê, enquanto seu marido atuava como professor universitário. Nas palavras da depoente, “no momento em que conseguia fazer isso, tudo era tranquilo, porque a guerra era antiga e afetava mais o interior do país, nas províncias. Mais tarde veio atingir até a capital”. A guerra chegou à Kinshasa quando Joseph Kabila começou a dar sinais de que não estava disposto a deixar a presidência. Só então Luzolo deixou a República Democrática do Congo, em meio aos crescentes protestos e da repressão violenta do governo.

## **2. A busca por refúgio**

De acordo com Luzolo, em 2015, “cada momento era uma surpresa. Você poderia sair de casa, ir à feira, fazer negócio como de hábito e, de repente, aquilo vinha e você tinha que abandonar, fugir”. Além do constante estado de violência e do medo, há outros problemas resultantes dos confrontos armados, como a falência dos serviços públicos. Foi o que aconteceu em Kinshasa. Luzolo relata que diante da insegurança, as casas da rua que morava começaram a ficar cada dia mais vazias. Pessoas estavam morrendo, outras fugindo. As escolas e os hospitais já não abriam com regularidade devido à falta de profissionais. Foi nesse cenário que Luzolo e Fula decidiram emigrar. Começaram a se preparar para deixar o país com toda família. Organizaram seus documentos pessoais – em especial as certidões de nascimento do casal e das crianças – e converteram as economias em dólares. Seus planos, no entanto, foram impactados com o desenrolar dos conflitos.

Foi ruim de aguentar porque havia mês em que se passava bem, e mês de passar tudo complicado. Foi crescendo cada vez mais, a guerra. Vimos pessoas morrendo, saindo do país. Nós fomos nos preparando um pouco devagar, para decidir o que podíamos fazer para sair do país. Não sabíamos para onde iríamos, quando [...]. Tomamos essa decisão, mas não em relação ao momento. Estávamos preparando devagar para sair toda a família junta, mas, infelizmente, não aconteceu assim. [...] Aquilo veio. Começou o tiroteio e o bombardeamento. O invasor vem e ataca mesmo. Todo mundo foge para lá e para cá. Fica disperso.

O último dia de Luzolo na República Democrática do Congo foi “tudo complicado”. Seu marido tinha ido trabalhar. Os três filhos mais velhos também não estavam em casa. As duas



meninas tinham ido trançar os cabelos e o menino estava na escola. Ela estava em casa, acompanhada por seus 6 filhos mais novos. No ventre carregava sua décima filha, em uma gestação que acabava de completar o sétimo mês. O reinício do bombardeiro foi percebido muito próximo de sua casa pelo espocar dos tiros e quedas dos explosivos. Ela só teve tempo de apanhar as certidões, o dinheiro e colocar alguns poucos pertences em uma mochila. Era a hora dela e dos seus filhos fugirem.

**Figura 2 – Luzolo e família**



Da esquerda para a direita: Françoise, Jule, Mayele, Gracê, Vladimir, Luzolo e Melianne. São Gonçalo (RJ).

Julianna Costa. 01/09/2017. Acervo: CMIIF/UERJ.

A legislação brasileira assegura uma série de direitos aos indivíduos que abandonam o seu país devido à violência generalizada, provocada por agressão estrangeira, conflitos internos ou violação massiva de direitos humanos (BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997). A nível internacional tais direitos são extensivos àqueles que cruzam fronteiras por medo de perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas (ONU, 1951). Em 1951, na Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado definiu-se o conjunto de normas, leis e instituições criadas para proteger e assistir os migrantes forçados.

O documento reconhece que os indivíduos obrigados a deixar o seu país em busca de refúgio passam por um momento anterior ao reconhecimento do status de refugiado, no qual as condições de vida que levaram à fuga legitimam a solicitação de refúgio e a necessidade de reivindicar proteção internacional. Era esse momento em que Luzolo se encontrava quando abandonou sua casa, sem sequer saber para onde ir. Ela acompanhou outras pessoas que seguiam

para o porto, incluindo o seu irmão Nzuzi Antoine. Lá, pagou pelas passagens dela e dos seus filhos. Embarcaram todos, junto com Nzuzi, em um pequeno barco que atravessou o Rio Congo e os conduziu para o Congo-Brazzaville.

A República Democrática do Congo faz fronteira com a República do Congo, cuja capital é Brazzaville. Foi para Brazzaville que Luzolo, seu irmão e seus filhos se dirigiram após os ataques. Lá conseguiram abrigo na casa do pastor de uma igreja evangélica, a quem recorreram para pedir ajuda. Era uma prática do pastor prestar auxílio aos refugiados, pois, segundo Luzolo, “ele já sabia o que se passava do outro lado”. Desse modo, quando uma pessoa ia pedir socorro, ele a recebia por um curto período. A família de Luzolo permaneceu na casa do pastor por onze dias até que ele os colocou em contato com uma pessoa que facilitava a aquisição de passagens de avião.

Ao se referir a República do Congo, Luzolo relata que “nosso país tem problema e lá, no outro país, encontramos também problemas deles<sup>8</sup>, diferentes dos nossos, mas também complicados. Na África é muito complicado”. Luzolo optou então por buscar um novo destino, no qual ela e seus filhos pudessem viver em paz e com o mínimo de dignidade.

A figura do Gang é fundamental para compreender o processo de deslocamento da família de Luzolo. Ela define o Gang como “uma pessoa que faz um tipo de negócio”. Eles ficam ao redor do aeroporto vendendo passagens de voos que estão prestes a decolar e que não atingiram a lotação. Também facilitam o embarque de pessoas sem passaporte e sem visto, apenas com a certidão de nascimento. Com a certidão em mãos, o Gang consegue agilizar a emissão do *laissez-passer*, documento que substitui o passaporte em casos de emergência.

Você não tem como ter passaporte, ter bilhete de passagem, mas com o valor que ele [o Gang] te pedir, consegue embarcar, mas tinha que ter a certidão de nascimento, porque identifica quem é. Não tem problema com ninguém. Com aquela certidão te passam um papel que se chama *laissez-passer*. Ele carimba aquilo na cédula de nascimento, paga o valor cobrado e facilita viajar. [...] Nesse caso de ser refugiado, não precisa ter passaporte, nem o bilhete de passagem. [...] Ele [o Gang] é o tipo de pessoa que coopera para arrumar clientes. Para o voo não ficar muito vazio. Eles não ficam dentro do aeroporto não. Ele fica assim ao redor, ali fora. Quando vê gente vindo, ele já vem e oferece o serviço: “Senhora, o que se passa? Querem viajar? Querem ir para onde? Como? Tem um voo que vai para o lugar x”.

**Figura 3 - Mapa localizando Kinshasa e Brazzaville, capitais da República Democrática do Congo e República do Congo, respectivamente.**

---

<sup>8</sup> A República do Congo possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Além de problemas econômicos, sua população sofre com altas taxas de subnutrição, analfabetismo e mortalidade infantil.





Fonte: Google Maps, 2022.

O voo que o Gang conseguiu para Luzolo era um voo particular que seguia em direção ao Marrocos, mas o país africano não era o destino final. Marrocos era apenas a escala do voo que iria para o Brasil.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem se apresentado como uma possibilidade segura aos migrantes forçados. Diferente dos Estados Unidos e da maioria dos países da Europa, que têm se empenhado para impedir a entrada daqueles que buscam por refúgio, o Brasil não adota uma política de restrições migratórias<sup>9</sup>. Embora a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado (ONU, 1951) proíba a expulsão dos indivíduos com tal condição, países do Norte utilizam categorias como “falsos refugiados” ou “refugiados econômicos” para negar proteção aos estrangeiros (CALEGARI, 2014). Nesse sentido, os países do Sul, incluindo o Brasil, surgem como opção de destino.

Luzolo optou por seguir viagem para o Brasil, desembarcando com sua família em São Paulo, no dia 20 de fevereiro de 2016. Ela não tinha nenhuma informação sobre a cidade e não compreendiam quase nada do idioma. O pouco que Luzolo sabia tinha aprendido na feira, em Angola, onde ia toda sexta-feira para adquirir produtos e vender enxovais de bebê. Era um português diferente, mais parecido com o de Portugal do que com o que é falado no Brasil. Em um país desconhecido, sem saber para onde ir e com dificuldades para se comunicar, ficaram

---

<sup>9</sup> Em meio a pandemia de covid-19 foram editados atos normativos restringindo a entrada de imigrantes sob a alegação de que tal medida era necessária para combater a crise sanitária. Entretanto, tais atos normativos foram questionados sob alegação de que violavam os direitos humanos dos imigrantes (MOREIRA, 2020).

aguardando do lado de fora do aeroporto até uma ajuda chegar. A ajuda, nesse caso, chegou através de uma mulher chamada Maria, que Luzolo não consegue dizer de onde veio.

Ficamos ali fora com as crianças. Elas perguntaram: “Mama, agora vamos onde? Mama, e agora?”. “Agora o quê? Estamos aqui, vamos ficar aqui!”. Aí apareceu uma senhora, eu não me lembro de onde, só Deus mesmo que sabe. Quando a pessoa está perdida sempre aparece alguém que ajuda. Ainda me pergunto se a senhora que foi-nos atender era trabalhadora do aeroporto ou se estava indo para a casa. Eu não tinha como perguntar. Ela foi a única pessoa que veio falar com a gente. Perguntou se estávamos lá há bastante tempo, para onde iríamos, de onde viemos. Eu tentava explicar, mas não sabia como. Foi difícil, mas ela foi entendendo. Ela entendeu a minha preocupação. A senhora perguntava: “Agora vão para onde?”. “Não sei. Não conheço ninguém. Não conheço esse país. A minha necessidade aqui é me refugiar onde tem paz, onde tem sossego. Nesse momento não sei onde ir”.

Foi Maria quem apresentou a Cáritas para Luzolo. A Cáritas Brasileira foi fundada em 1956, para coordenar as ações sociais da Igreja Católica, no que diz respeito ao acolhimento e orientação dos imigrantes e refugiados que chegam ao país. No Congo, Luzolo ouvia falar dos centros de acolhimento para refugiados, existentes na Europa, mas não tinha informações sobre a Cáritas. Maria levou Luzolo e sua família até a Cáritas de São Paulo, que estava lotada de haitianos, angolanos, congolezes e outras pessoas da África, de acordo com o depoimento de Luzolo. Lá, fizeram apenas o registro e entregaram uma declaração, encaminhando-os para a Cáritas do Rio de Janeiro.

A viagem de ônibus foi paga com o dinheiro que Maria havia dado a Luzolo para ajudá-la. Um papel contendo o endereço da Cáritas foi entregue ao motorista. Desse modo, ao chegar à cidade do Rio foram diretamente para a Cáritas. Um novo registro foi feito, assim como uma nova declaração, dessa vez o documento deveria ser apresentado à Polícia Federal para emissão do protocolo de refúgio. Esse protocolo identifica o solicitante de refúgio e comprova que o solicitante está em situação migratória regular no Brasil, podendo exercer seus direitos de acesso à educação e ao sistema de saúde pública. Além disso, garante a emissão da carteira de trabalho e a possibilidade de conseguir um trabalho formal no território brasileiro.

A Cáritas do Rio tem uma estrutura diferente da sua congênere paulistana. Em São Paulo existe um abrigo para acolher os imigrantes e refugiados recém-chegados. No Rio, a instituição não dispõe de alojamentos e, portanto, fornece uma quantia em dinheiro para ajudar no estabelecimento daqueles que acabaram de chegar ao país. Naquele momento, restava a Luzolo saber onde se estabelecer.

Na cidade do Rio de Janeiro o valor dos aluguéis costuma ser mais alto em comparação às cidades periféricas. O valor que Luzolo dispunha não era suficiente para se manter na capital do estado com o seu irmão e seus filhos. Foram outros refugiados congolese que estavam na Cáritas, fazendo curso de português, que lhe deram essa informação. Entre esses congolese estava Clara, moradora do Jardim Catarina, em São Gonçalo. Ao se referir a Clara, Luzolo descreve o diálogo que teve com ela.

Nessa área aqui você não vai poder conseguir alugar uma casa. Aqui é cidade, é tudo difícil, mais caro. Nós moramos lá no Catarina, é outro município. Se tens paciência, aguarda, quando acabar o que eu vim tratar, vamos juntas. Vão ficar na minha casa um, dois, três dias, independentemente, enquanto vamos procurar casa para você alugar.

Partilhar a mesma nacionalidade, a mesma língua, além da experiência do deslocamento forçado e de reconstrução de identidade, possibilitou o estabelecimento de laços de solidariedade entre Luzolo e Clara. Nesse sentido, o município de São Gonçalo configurou-se como um possível espaço de recomeço para Luzolo e sua família, pois a cidade já não era um local totalmente estranho. Os vínculos de conterraneidade estabelecidos com Clara ligaram Luzolo a cidade antes mesmo da sua chegada à São Gonçalo.

A casa de Clara tinha apenas um quarto, que ela dividia com os cinco filhos. Luzolo, seu irmão e seus filhos dormiram na sala, na cozinha e na varanda até conseguir alugar a sua primeira casa no Brasil. A casa ficava na mesma rua da Igreja Evangélica da Renovação, congregação que Clara participava e que Luzolo passou a integrar. A igreja também foi importante no processo de integração de Luzolo e da sua família à sociedade gonçalense. Além de receber ajuda material, através das doações de alimentos, roupas e diversos itens domésticos, na igreja foram estabelecidos vínculos com outros moradores do Jardim Catarina, fossem eles nacionais ou estrangeiros.

A Igreja Evangélica da Renovação fica no Jardim Catarina, 58. Fica na rua em que ela [Clara] conseguiu arrumar casa para mim. Lá tinha uma família angolana imensa. Depois que a Clara foi apresentar a gente e explicou o caso, como nos encontramos, como ela trouxe a gente aqui, a igreja foi nos ajudar.

A igreja tornou-se um importante espaço de sociabilidade para os congolese. Lá, além dos angolanos, Luzolo conheceu outras famílias com histórias semelhantes à sua, sempre com o intermédio da Clara que havia chegado à cidade um ano antes. No bairro do Jardim Catarina estava se estabelecendo uma pequena comunidade de congolese, que movida por questões econômicas e de identidade ética-nacional, optaram por recomeçar suas vidas naquela localidade.

Nós não conhecíamos ninguém. Viemos a conhecer depois. A partir da língua, nos conhecemos. Somos negras, africanas, nos conhecemos a partir da língua, a partir da Clara. Ela nos apresentou a outras famílias que vieram aqui à procura de casa um pouco mais barata. Algumas famílias depois começaram a acrescentar família. Outros vinham de outras zonas do Rio mesmo, e começavam a ir porque casa tinha um preço um pouco mais baixo.

Outro local fundamental para a sociabilidade étnica, assim como para a integração da família de Luzolo à sociedade gonçalense, foi a escola. Após a emissão dos CPFs das crianças, a Cáritas providenciou declarações, solicitando vagas para os dois filhos mais velhos no Colégio Estadual Trasilbo Filgueiras e para os menores no CIEP Municipalizado Anita Garibaldi. No colégio aprenderam português, além das demais disciplinas escolares. Também apresentaram sua cultura nos eventos organizados pela coordenação da escola, sobretudo do CIEP Anita Garibaldi, onde estavam matriculadas outras crianças do Congo e da Angola.

Nós recebíamos convite para os nossos filhos. As meninas botavam a trança africana. Apresentavam a cultura. Nós [os responsáveis] também íamos. Tínhamos que ir também com traje africano, como parentes acompanhando nossas crianças. Dançavam, faziam o que eles pediam.

**Figura 4 - Crianças Refugiadas**



Crianças refugiadas do CIEP Municipalizado Anita Garibaldi apresentam danças típicas do Congo. Rio de Janeiro.

### **3. Encontros e Reencontros**

Em abril de 2016, no Hospital Luiz Palmier, em São Gonçalo, Luzolo deu à luz a Melianne, sua décima filha com Fula. Melianne precisou esperar por quase dois anos para

conhecer seu pai, pois ao fugir da República Democrática do Congo, Luzolo perdeu contato com seu marido e seus outros filhos. Somente no Rio de Janeiro, a partir da Cáritas, obteve informações da sua família que ficou lá, do outro lado do Atlântico. Luzolo tinha um caderno com o número do celular do esposo, da filha mais velha e dos seus cunhados. A Cáritas conseguiu contactar um dos seus cunhados, que ficou no Congo. Ele informou que Fula havia encontrado seus filhos mais velhos e que fugiram para Angola.

Começou o tiroteio e o bombardeamento. [...] O meu marido, preocupado, deixou o trabalho e foi correndo para casa. Não nos encontrou. [...] O pai só teve a possibilidade de encontrar as duas meninas e o menino que estava no colégio. O restante da família já não estava mais. Já estávamos no porto. [...] Ele não tinha informação nenhuma do resto da família, nem nós tínhamos o contato dele. Foi assim! Cada um se salva e você encontra depois. Não tínhamos notícia. Não sabíamos nem se estavam vivos. Estavam todos preocupados porque não sabíamos nada.

Semelhante ao que ocorreu com Luzolo, em Angola, Fula encontrou abrigo temporário em uma igreja evangélica. Foi lá que sua filha mais velha conheceu um angolano. Casaram-se e foram todos morar juntos, na mesma casa. Fula conseguiu um trabalho como cobrador da van de um dos membros da igreja. Juntou dinheiro e, em 2018, veio ao Brasil reencontrar sua família e finalmente conhecer sua filha mais nova. No entanto, não pôde permanecer no país. Primeiramente, porque deixou em Angola um casal de filhos que ainda dependia dele. Além disso, Fula não conseguiu vir para o Brasil na condição de refugiado. Ele veio na condição de turista, com um visto válido por três meses.

A família de Luzolo segue separada. Às vezes passam meses sem conseguir contato por celular ou pelas redes sociais, visto que o valor da ligação internacional e da internet em Angola é bastante elevado. Pelo mesmo motivo também é difícil manter contato com os parentes que permaneceram na República Democrática do Congo, vivendo no interior.

Ao ser questionada sobre o seu maior desejo, Luzolo responde que “o meu desejo mesmo é de minha família vir para perto da gente. Junto com o meu marido, ficar aqui. [...] porque a paz que nós precisamos, encontramos aqui, mesmo com muita dificuldade”.

O depoimento de Luzolo é um testemunho pessoal, mas se assemelha ao de tantos outros refugiados congolezes que chegam ao Brasil. Ele nos revela a complexidade dos processos de deslocamento forçado, os trâmites jurídicos que envolvem a solicitação de refúgio e o processo de integração dos refugiados à sociedade receptora. A narrativa de Luzolo também ilumina as relações sociais construídas após a sua chegada ao Brasil, sobretudo no município de São Gonçalo. Assim como outros municípios da Baixada Fluminense, São Gonçalo tem se

constituído como local de estabelecimento dos refugiados oriundos da África, devido à existência de redes de solidariedade, à proximidade com a capital do estado e ao baixo custo de vida, em comparação com a cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Desse modo, para Luzolo e sua família, assim como muitos outros refugiados, a cidade de São Gonçalo passou a ser a casa adotiva, lugar de recomeço e de novos laços afetivos.

São Gonçalo não é caracterizado por ser um município marcado pelos fluxos migratórios. No entanto, a presença imigrante sempre se fez aí. Marcaram época os portugueses e sírio-libaneses estabelecidos em Neves, que se dedicavam à restaurantes, botequins, armazéns, lojas de roupas, tecidos e artigos afins. A professora Aída Faria registrou, em suas memórias, que

pela transformação da vida desses primeiros comerciantes, a impressão que deixavam era de ser bem sucedidos. Sabiam, é certo, comerciar. Em meio a grande movimentação comercial do bairro destacou-se a Casa Mansur, grande armarinho da Rua das Neves. Da calçada da loja, gritavam os caixeiros, divididos em turnos: “Entre freguês e só pague no fim do mês!”, “Mansur não é brasileiro, mas é barateiro”, “Venha do Norte ou do Sul, entre na Casa Mansur!”. Esses slogans atraíam a freguesia, o comércio prosperava e Neves crescia a passos largos. (FARIA, 2004)

O município tornou-se uma possibilidade viável para aqueles que aportavam no Rio de Janeiro. Próximo a duas “capitais” – Rio de Janeiro e Niterói, respectivamente capital do Brasil entre 1763 e 1960 e do estado do Rio de Janeiro após 1975, e capital fluminense entre 1835 e 1975 – significou e ainda significa a possibilidade de fixação em um lugar onde o custo de vida era/é mais barato, onde se tornou possível a abertura de um empreendimento autônomo, e/ou onde há opções de trabalho, seja na própria vizinhança ou no Rio ou Niterói.

Apesar de não ter recebido levadas constantes de imigrantes e refugiados, São Gonçalo se tornou um polo, já que a permanência de uns levou à atração de outros, parentes ou conterrâneos, criando redes de solidariedade que comportaram a fixação de cadeias migratórias. Apesar disso a condição de estrangeiro se esmaece no universo local. Apesar da ausência de visibilidade, certamente, para muitos imigrantes e refugiados, como Luzolo e sua família, a cidade de São Gonçalo passou a ser sua casa adotiva, lugar onde recomeçaram suas vidas e criaram novos laços afetivos com o Brasil. Sem esquecer suas origens, reinventaram-se, abasileirando seus costumes e contribuindo para a construção de uma São Gonçalo e de um Brasil diversos.

[Aqui] me senti aliviada e em paz porque, naquele momento, o que a gente estava precisando era de paz. Você pode ter tudo do mundo, se não tem paz, não consegue fazer nada.



## Referências

- ACNUR, 2020. Disponível em: [República Democrática do Congo \(RDC\) – UNHCR ACNUR Brasil](#)
- CONARE, 2022. Disponível em: [Microsoft Power BI](#)
- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. Ouvir Contar. Textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Espaços das migrações transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no século XXI. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 35-60.
- CALEGARI, Marília. Migração de crise: refúgio e família no Brasil. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais População, Governança e Bem-Estar, ABEP - “População, governança e bem-estar”, São Paulo, vol. 19, 2014.
- CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. História, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- FARIA, Aida de Souza. Neves. Esplendor e decadência. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 2005.
- MOREIRA, Thiago Oliveira. A (in)convencionalidade da política migratória brasileira diante da pandemia da Covid-19. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19. São Paulo: UNICAMP, 2020, p. 273-281.
- REIS, Rossana Rocha; MENEZES, Thais Silva. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 49, p. 61-83, mar. 2014.
- REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento (Orgs.). Experiências da Imigração. São Gonçalo nos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- SILVA, Igor Castellano da. Congo, a Guerra Mundial Africana. Conflitos armados, construção do Estado e alternativa para a paz. Porto Alegre/RS: Leitura XXI, 2012.
- VIEIRA, Dianne Rafael. Do Congo para o Brasil: as perspectivas de vida e trabalho de refugiados e solicitantes de refúgio congolezes no Rio de Janeiro. Recife: UFPE/PPGA, 2015. Dissertação de Mestrado.

\*\*\*

## Sobre os autores:

**Julianna Carolina Oliveira Costa:** Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013), mestre (2015) e doutoranda em História Social pela Universidade do Estado

do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Dedica-se as seguintes temáticas: movimentos migratórios e recepção de imigrantes.

**Rui Aniceto Nascimento Fernandes:** Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2009). É Professor do Departamento de História do IFCH/UERJ, atuando na área de Ensino de História. Coordenador Institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)/UERJ (2015-2018). Procientista da UERJ. Professor do Programa de Pós-graduação em História do Social (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Formação de Professores/UERJ e do Mestrado Profissional de História (ProfHistória). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Historiografia, História Regional do Brasil e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia brasileira, historiografia fluminense, história local e regional, história da educação, história cultural, ensino de história, educação patrimonial, museus, livros didáticos e manifestações culturais.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 26 de outubro de 2022.

**Artigo aprovado para publicação em:** 07 de dezembro de 2022.

\*\*\*

**Como citar:**

COSTA, Juliana Carolina Oliveira. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Refugiados Congolezes em Cidades Periféricas: um Estudo de Caso. *Revista Transversos*. Dossiê: Imigração no Tempo Presente: Experiências de vida e Direitos Humanos no Brasil. Rio de Janeiro, n°. 26, 2022. pp. 113-128. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/70710>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.70710

